



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

18ª Reunião do Comitê de Integração de Políticas Ambientais - CIPAM

Realizada em
Brasília/DF.
19 de Outubro de 2023.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
2 **Mudança do Clima - MMA)** – Agradeço a presença de todos. Só para... Estamos gravando já?
3 Desde que horário? Não, só para fins de registro da presença gostaria de pedir que... Nós temos
4 aqui Adalberto Maluf nesse ambiente presente, temos a Secretária Júlia Messias e Silva, titular.
5 Temos Marçal Fontes Silveira Cavalcante, da ANAMMA, 1º suplente. Temos Antônio Marcos
6 Barreto, ANAMMA nacional, 2º suplente, é isso? Ah, sim, mas aí, na realidade, aqui é só para checar
7 aqui a questão... Dá um esclarecimento aqui, por favor, Marcela, quais são os que têm direito a voto
8 nessa reunião, por favor. Vamos lá. Então, Marcos Antônio de Campos Cardoso, da CNI. Muriel
9 Saragoussi, da sociedade civil. Esses são os titulares, está certo? Ou suplentes, no caso da
10 ausência do titular. Além disso, nós temos, já disse o Antônio Marcos Barreto, que é 2º suplente,
11 temos também a Patrícia Helena Gambogi Boson, 1ª suplente do CNT e é isso. Deixei de falar
12 alguém? Temos João de Deus, João de Deus é...

13 **A SRª. LIZANE SOARES FERREIRA - SUPLENTE (Ministério da Agricultura e Pecuária) –**
14 Lizane Ferreira, Ministério da Agricultura.

15 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
16 **Ambiente - CONAMA)** – Estamos falando dos membros do CIPAM.

17 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
18 **Mudança do Clima - MMA)** – São os mais formais, por favor. Membros que compõem formalmente
19 o CIPAM, esses que nós estamos nesse momento solicitando. Mais algum membro titular ou
20 suplente, no caso de vacância do titular, está presente que eu não tenha chamado?

21 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E**
22 **PECUÁRIA DO BRASIL – CNA)** – Secretário, Rodrigo Justos da CNA, sou suplente do Mário
23 Cardoso, que está presente. Obrigado.

24 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
25 **Mudança do Clima - MMA)** – Mário Cardoso eu chamei. Ah, o Rodrigo Justus também está
26 presente, ou suplente, está certo. Mais alguém? Não. Muito bem. Então, uma vez conferida...

27 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
28 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Boa tarde. Marçal, titular.

29 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
30 **Mudança do Clima - MMA) –** Marçal, eu...

31 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
32 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Eu sou o titular e o Antônio Marcos é o suplente, a
33 ANAMMA.

34 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
35 **Mudança do Clima - MMA) –** Aqui na lista que eu recebi da Diretoria do CONAMA você está como
36 primeiro suplente. Então, você é o titular, é isso?

37 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
38 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Não é na qualidade total? Nós estamos aqui juntos,
39 está certo?

40 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
41 **Mudança do Clima - MMA) –** Não, mas eu queria saber quem é o titular.

42 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
43 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Titular sou eu, pelo menos foi o que eu recebi a
44 informação. Eu não tenho segundo suplente, só são titular e suplente.

45 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
46 **Mudança do Clima - MMA) –** Então, veja bem, o que eu tenho aqui da ANAMMA para
47 esclarecimento da Diretoria aqui do CONAMA: Eu tenho Luiz Marcelo Marcondes Filho, titular;
48 Marçal Fortes Silveira Cavalcante, suplente. Depois eu tenho Antônio Marcos Barreto, segundo... 2º
49 titular? Ah, sim, porque ANAMMA tem duas vagas, está certo. 2º titular.

50 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
51 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** É isso, ele não é suplente.

52 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
53 **Mudança do Clima - MMA) –** E tem o Mário César Mantovani, que não está presente, que é o
54 segundo suplente. Então, o que está acontecendo, na realidade, que você está me informando, é
55 que na primeira vaga você é o titular e o Marcondes é o suplente, é isso?

56 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
57 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) – É isso.**

58 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
59 **Mudança do Clima - MMA) –** Então, está bom. Então, está invertido aqui. Está bom. A gente precisa
60 verificar isso antes. Então, está bom, muito obrigado, Então, pelas confirmações de presença. A
61 nossa pauta de hoje é elaboração...

62 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica) –** Só confirmando,
63 chegou a 2^a titular da Sociedade Civil, a Ivaneide Bandeira.

64 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
65 **Mudança do Clima - MMA) –** Ah, legal. Neidinha, bem-vinda.

66 **A SR^a. IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO - 2^a TITULAR (Associação De Defesa Etnoambiental**
67 **- Kanindé) –** Oi, gente, boa tarde. Obrigada. Desculpa chegar atrasada.

68 **O SR. HILDO AUGUSTO DA ROCHA NETO - SUPLENTE (Ministério das Cidades) –** Boa tarde.
69 Queria registrar aí também a presença do Ministério das Cidades.

70 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
71 **Mudança do Clima - MMA) –** Está bem.

72 **A SR^a. ANA CAROLINA ARGOLO NASCIMENTO DE CASTRO - SUPLENTE (Agência Nacional**
73 **de Águas - ANA) –** Boa tarde a todos. Registrando também a presença da Agência Nacional de
74 Águas e saneamento alimento básico, aqui é a Ana Carolina. Sou suplente.

75 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
76 **Mudança do Clima - MMA) –** Excelente. Muito bem. Vamos dar início, Então, elaboração da agenda
77 nacional do meio ambiente 2024/2025, etapa 1, reunião do CIPAM aberta aos Conselheiros do
78 CONAMA. Todos os demais Conselheiros do CONAMA aqui presentes para, além dos integrantes
79 oficiais do CIPAM, todos sejam muito bem-vindos nessa reunião. Então, eu queria passar de
80 imediato, Então, para a Marcela, nossa diretora, nossa querida Diretora para darem início aos
81 trabalhos. Por favor, Marcela.

82 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
83 **Ambiente - CONAMA)** – Obrigada, Capô. Eu vou fazer uma breve apresentação dos objetivos da
84 reunião.

85 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
86 **Mudança do Clima - MMA)** – Um minuto que estamos configurando aqui, por favor. Todos estão
87 vendo a apresentação? Marçal, você está vendo, Marçal?

88 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
89 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Estou vendo, estou vendo bem.

90 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
91 **Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado. Você não quer pôr em formato apresentação? Que ele
92 está... Aí, agora sim.

93 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
94 **Ambiente - CONAMA)** – Portanto, essa é uma primeira reunião do processo de consulta elaboração
95 da agenda nacional do meio ambiente para o biênio 2024 e 2025. A gente acordou nesse processo
96 durante uma reunião do CIPAM. O objetivo da reunião é fazer uma escuta dos Conselheiros sobre
97 propostas de temas, programas de projetos considerados prioritários ao SISNAMA para a melhoria
98 da qualidade ambiental e desenvolvimento sustentável do país. Essa atribuição sobre a elaboração
99 da agenda nacional do meio ambiente é prevista pelo artigo 7º, inciso 17 do Decreto 99.274/1990 e
100 atribui ao CONAMA a competência para elaborar, a provar e acompanhar a implementação da
101 agenda nacional do meio ambiente a ser proposta aos órgãos de entidades sob a forma de
102 recomendação. O artigo sétimo, § 4º é quem define o que é essa agenda e ela diz que se constitui
103 de documento a ser dirigido ao SISNAMA recomendando os temas, programas e projetos
104 considerados prioritários e indicando os objetivos a serem alcançados no período de dois anos. O
105 artigo 28 do regimento interno, ele define que é atribuição do CIPAM a competência para elaborar
106 e submeter ao plenário até a última reunião ordinária anual a agenda nacional do meio ambiente
107 consultando os seus Conselheiros e outros órgãos do sistema. Então, aqui são as etapas seguintes
108 que eu vou apresentar para vocês. Hoje essa primeira etapa, que é uma reunião do CIPAM aberta
109 aos Conselheiros. A gente fez essa convocação há 15 dias atrás cumprindo com os prazos
110 regimentais e estabeleceu o prazo até o dia 20 de outubro para que os setores representados no

111 CIPAM nos encaminhem contribuições para essa agenda. A partir dessa etapa de consulta de oitiva
112 a gente vai sistematizar as contribuições pela Secretaria executiva do Conselho e o CIPAM vai ter
113 uma nova reunião para a fazer uma proposta final a ser apresentada para o plenário de diretrizes
114 para essa agenda. Então, qual que é a etapa seguinte? Dia 20 a gente recebe os documentos dos
115 setores, a gente conversou com representantes de todos os setores pedindo para que eles
116 enviassem as suas colaborações. A gente tem no dia 23, segunda-feira, uma reunião do CIPAM
117 onde a gente já vai apresentar uma primeira versão de sistematização das contribuições que saírem
118 dessa reunião dos documentos encaminhados e no dia 24, que é terça-feira, é o nosso prazo para
119 publicar uma primeira versão no site do CONAMA, que será discutida na próxima plenária, que
120 acontece no dia 8 de novembro. O que a gente pensou, Então, para o dia de hoje? Um primeiro
121 momento de fazer uma a apresentação por parte do governo federal dos objetivos do PPA que
122 dialogam com Ministério do meio ambiente e para isso o Henrique Dolabella vai fazer uma breve
123 apresentação que já traz um pouco de eixos prioritários para o governo federal. A partir disso a
124 gente vai abrir para outros setores também poderem falar sobre suas contribuições, sobre prioridade
125 para os próximos dois anos. Eu sei que a sociedade civil elaborou um documento que ela vai
126 apresentar e os demais setores também podem trazer as suas contribuições da reunião, mesmo
127 que ainda não tenham isso sistematizado em documento.

128 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
129 **Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Então, vamos início passar para o Henrique Dolabella,
130 Diretor de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente para fazer a apresentação do PPA.
131 Este ano teve um participativo que eu gostaria que o Henrique e explicasse esse processo como se
132 deu em seguida apresentasse a proposta.

133 **O SR. HENRIQUE DOLABELLA (Diretor de Gestão Estratégica do Ministério do Meio**
134 **Ambiente)** – Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Fazer aqui uma breve apresentação, fiquem à
135 vontade para se você tiverem alguma pergunta, podem colocando no Chat que eu acho que é uma
136 forma de deixá-las registradas e a gente pode ir abordando cada uma delas, ok? Então, apresentar
137 rapidamente aqui como foi esse processo de elaboração do PPA desse ano. Consumiu bastante
138 energia. Ministério se dedicou bastante junto com todo o governo, na verdade, e como ele orienta a
139 todas as nossas ações, eu acho que é um insumo fundamental para esse trabalho que vai ser feita
140 quiser hoje. Vocês me escutam bem? [Ininteligível] antigo, está certo. Obrigado. A elaboração do

141 PPA, ela partiu de alguns insumos prévios, o principal deles foi, sombra de dúvidas, o programa de
142 governo, do programa do governo que foi eleito no ano passado e da nossa perspectiva
143 especificamente e também a carta da Ministra Marina Silva quando ela aderiu à candidatura do
144 Presidente Lula e aquilo ali foi incorporado ao programa de governo quando houve adesão à
145 candidatura. No início, nos primeiros três meses a Secretaria de planejamento, do Ministério do
146 Planejamento e Orçamento conduziu uma série de entrevistas com os ministros, com os grandes
147 dirigentes para delinear alguns valores, a visão de futuro para o Brasil para orientar nesse processo
148 de elaboração dos programas propriamente ditos e dos objetivos específicos. Então, acho que vale
149 a pena ler que visão de futuro dessa que foi colocada pelos ministros, que é um país democrático,
150 justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável onde todas as pessoas vivam com qualidade,
151 dignidade e respeito às diversidades. Naturalmente todas as nossas ações têm que ser planejadas,
152 executadas, avaliadas com o intuito de concretizar essa visão de futuro para daqui a quatro anos,
153 que país queremos empregar ao final desse governo e nós sempre também norteados por alguns
154 valores: Democracia, diversidade, justiça social, sustentabilidade socioambiental, participação
155 social, atuação colaborativa, responsabilidade fiscal e social de excelência na gestão. Esse norte,
156 ele acaba orientando a atuação de todos os Ministérios é também a atuação conjunta de todo o
157 governo. Para organizar a, sempre é um exercício de segmentação, de organização das ideias, os
158 objetivos estratégicos do governo foram divididos em três eixos e nós temos papel... O Ministério
159 do Meio Ambiente e suas instituições vinculadas, esse Colegiado que está aqui presente, ele
160 também tem responsabilidade nos três eixos. Primeiro eixo é desenvolvimento social e garantias de
161 direitos, é um eixo muito vinculado ao homem do da qualidade de vida das pessoas, qualidade de
162 educação, qualidade de saúde, respeita a dignidade e aos direitos de populações que
163 historicamente marginalizadas e é claro que a gente tem uma audiência, uma [Ininteligível], que é
164 muito importante, está sob a nossa guarda, sob nossa responsabilidade, que são as populações
165 tradicionais. O Conselho nacional de povos e comunidades tradicionais, ele tem como locus o
166 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. O segundo eixo, desenvolvimento econômico e
167 sustentabilidade social... Socioambiental e climática pelo próprio nome, ele é o que concentra a
168 maior parte dos nossos objetivos estratégicos. Então, a maior parte das nossas ações vai estar
169 inclusa nesse eixo, mas a gente também tem papel importante no eixo de defesa da democracia,
170 reconstrução do estado e da soberania. Todos nós aqui presentes temos plena ciência da situação
171 de fragilidade do estado que foi encontrado quando esse governo assumiu e dá muito trabalho

172 reconstruir, dá muito trabalho fortalecer a democracia, dá muito trabalho garantir a soberania e isso
173 é essencial e a gente tem essa visão orientados pelos valores de participação social a gente
174 fortalece a democracia e constrói um estado mais forte capaz de atender, prover políticas públicas
175 e atender os anseios da população. Esse PPA traz algumas inovações. A primeira delas é que foram
176 elencadas algumas prioridades absolutas e essas prioridades, elas permeiam todos os 88
177 programas do PPA. Os destaques são: Combate à fome, a redução da desigualdade, educação
178 básica, saúde, contemplando tanto a atenção primária especializada, neindustrialização, trabalho,
179 emprego e renda, o novo PAC e outra prioridade ao combate ao desmatamento e enfrentamento da
180 emergência climática. Em termos pragmáticos, como que esses valores, como que essas
181 prioridades estabelecidas que consequências elas têm? A gente imagina, a gente espera que isso
182 vai significar prioridade orçamentária, não necessariamente em termos de valores, mas certamente
183 em termos de Comte gerenciamento, a gente espera que essas prioridades, programas que se
184 encaixam, tenham aderência mais direta essas prioridades não vão sofrer contingenciamento, eles
185 vão ter também o monitoramento mais cuidadoso, mais detalhado por parte do centro de governo e
186 essas prioridades também servirão para orientar a elaboração dos 88 programas. Então, tem um
187 incentivo para que todos os Ministérios que propuseram programas no PPA consigam fazer nexo,
188 estabelecer ligações em tudo que eles fazem e essas prioridades. Além das prioridades, a há
189 também cinco agendas transversais que também permeiam quase que a totalidade desses 88
190 programas, que são as agendas de crianças e adolescentes, mulheres, igualdade racial, povos
191 indígenas e também a agenda ambiental. Nós somos uma agenda que não tem... Nós somos os
192 guardiões de uma agenda que não é vinculada ao grupo populacional específico, marginalizadas,
193 historicamente marginalizado, mas há uma dimensão que historicamente não foi priorizadas e o fato
194 de a gente ter esse destaque da agenda ambiental ter esse destaque de estar sempre presente na
195 elaboração de monitoramento de todos os programas, e isso é inédito, isso é uma oportunidade que
196 a gente não pode desperdiçar. Outra grande novidade foi esse patamar inédito de participação social
197 que foi enfrentado para elaborar o PPA. Todos vocês aqui presente são militantes da participação
198 social, vocês conhecem muito bem tanto os benefícios dela, o tanto que ela é imprescindível, mas
199 também tem noção do quanto ela é custosa, do quanto ela é difícil, o quanto que ela é trabalhosa e
200 a gente encara esse desafio com muita energia para fortalecer esses mecanismos de participação
201 social não só para a elaboração, mas também depois no monitoramento, na prestação. A gente
202 precisa da potência de todos os atores não monitoramento dos programas. Então, de forma muito

203 resumida, esse trabalho foi efetuada em conjunto com três fóruns interconselhos é 36 Conselhos
204 nacionais foram representados na elaboração do plano. Houve 27 plenárias estaduais, 1 em cada
205 capital das unidades da Federação com mais de 34.000 participantes e mais de 300 movimentos
206 apresentaram as suas demandas e defenderam a suas propostas e o governo avaliou todas essas
207 demandas, acatou elas totalmente ou parcialmente o quando não foi possível ouvir uma resposta
208 individualizada para cada uma das demandas apresentadas. Além disso, o Ministério do
209 planejamento... A Secretaria geral e o Ministério do planejamento elaboraram, construir a plataforma
210 Brasil participativa onde cada cidadão, cada cidadão pode avaliar tudo que estava sendo proposto,
211 tanto originalmente pelo governo, tanto quanto pela sociedade civil por meio das apresentações e
212 demandas dos movimentos e organizações. Foi uma plataforma que teve mais de 4 milhões de
213 acessos, um milhão e meio de votos, um milhão e meio de participantes avaliando no total... E
214 também cada participante também pode apresentar a suas propostas, no final foram mais de 8000
215 propostas e também teve uma plataforma de votação para escolher quais seriam os programas
216 prioritários, quais seriam as ações prioritárias é também quais são as propostas da população que
217 foram as mais votadas. O programa de enfrentamento à emergência climática, ele foi... Dos
218 programas propostos pelo governo ele foi e que teve mais votos, a população brasileira que se
219 engajou nesse processo de participação elegeu esse programa como absolutamente prioritário. Isso
220 traz uma responsabilidade muito grande para todos que estão aqui nesse fórum. Além disso também
221 teve outras propostas mais votadas... Entre essas propostas mais votadas também houve uma
222 segmentação por temas, como era de esperar, saúde ficou em primeiro lugar, justiça e segurança
223 pública em segundo lugar, entre outros. Dos programas, como eu disse, são 88 programas no total
224 do governo e cada um dos programas tem um ministério coordenador. Vários dos programas são
225 transversais, mas todos os programas precisam ser ancorados em algum ministério e nós
226 propusemos cinco programas e no final quatro ficaram ancorados aqui no Ministério do Meio
227 Ambiente. Então, nós temos responsabilidade no aspecto de monitoramento, avaliação, prestação
228 de contas e essa relação com a sociedade civil em relação a como esses programas estão andando.
229 Então, o primeiro deles é o programa de recuperação da biodiversidade, combate ao desmatamento
230 e incêndios, que tem como objetivo geral conservar, recuperar, valorizar os biomas terrestres, zona
231 costeira e marinha, para manutenção da diversidade, recursos naturais, serviços ecossistêmicos e
232 também combatendo o desmatamento, incêndios, exploração predatória e recursos naturais. Nessa
233 apresentação vai ficar disponível, vocês vão ter todos esses programas estão detalhados ao longo

234 dessa apresentação, mas em suma, os quatro programas são esse de proteção e recuperação da
235 biodiversidade e combate ao desmatamento, incêndios. Em segundo lugar, o enfrentamento da
236 emergência climática, que esse é um programa que tem uma característica transversal muito forte,
237 contemplando tanto a mitigação de emissões quanto a adaptação às mudanças do clima. Em
238 terceiro lugar, um programa de qualidade ambiental nas cidades e no campo, também um programa
239 com um forte componente transversal e, por fim, o Programa de Bioeconomia para um Novo Ciclo
240 de Prosperidade, ok? E, posteriormente, na apresentação, eles são detalhados. Aí, vou deixar esse
241 material. A gente vai deixar esse material para consulta posterior para todos aqui presentes. A gente
242 também fez esse levantamento de qual que é o orçamento geral da União que está dedicado a
243 esses programas, de acordo com a proposta orçamentária que foi enviada ao Congresso nesse
244 ano, o Congresso ainda vai votar, essa votação deve acontecer em dezembro. Queria destacar um
245 grande incremento no Programa de Emergência Climática, que foi feito recentemente com um
246 aporte de R\$ 10 bilhões, principalmente do Fundo Nacional de Mudança do Clima, parcela
247 reembolsável do Fundo Nacional de Mudança do Clima, para financiar projetos que devem ter algum
248 retorno econômico, por isso seu caráter reembolsável. E isso foi muito importante também fruto da
249 recente estruturação pelo Tesouro Nacional de emissões soberanas vinculadas à emergência
250 climática. Então, o governo brasileiro, por ocasião, na semana da Assembleia Geral da ONU, o
251 governo brasileiro fez um road show junto a investidores no intuito de captar vultuosos recursos que
252 ser investido diretamente nessas ações, tanto de mitigação quanto adaptação da mudança do clima,
253 isso é uma inovação muito importante que precisa ser destacada. Em resumo, é isso, fico à
254 disposição, o e-mail do nosso departamento é dge.mma.gov.br. Se tiver qualquer pergunta aqui no
255 chat, a gente vai abordando cada uma delas. Muito obrigado.

256 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
257 **Ambiente - CONAMA)** – Eu acho que nós poderíamos seguir com a apresentação das propostas
258 setoriais e ter um espaço de debate ao final. Eu queria convidar a conselheira Muriel Saragoussi
259 para apresentar a proposta da sociedade civil.

260 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – Boa tarde a todos.
261 Eu não sei se eu consigo fazer compartilhamento, deixa eu ver se eu consigo. Este. Pronto, vocês
262 conseguem ver bem? Sim?

263 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
264 **Mudança do Clima - MMA) –** Sim, seria importante aumentar um pouquinho só. No control mais.

265 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica) –** Melhor?

266 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
267 **Mudança do Clima - MMA) –** Não aumentou ainda. Aí, agora sim.

268 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica) –** É o delay. Chega
269 aqui de Manaus, do outro lado do Rio Negro, porque está difícil de atravessar por causa da areia.
270 Então, nós fizemos um processo de trabalho da sociedade civil, primeiro interno, entre os grupos
271 que participam do CONAMA, fizemos uma primeira proposta, e depois fizemos uma reunião aberta
272 convidando amplamente a sociedade civil a participar. Colhemos também informações das
273 diferentes organizações que participaram e preparamos um documento de síntese. A gente
274 trabalhou com a ideia de verificar quais resoluções do CONAMA já existentes, precisavam de
275 revisão baseada nos seguintes princípios, da precaução, da eficiência e eficácia do serviço público,
276 da necessidade de normas nacionais para orientar as normas estaduais, em especial no caso dos
277 biomas que estão em mais de um estado. A gente identificou novas temáticas que ainda não têm
278 normatização e precisam, e consultamos de forma ampla a sociedade civil. Nós organizamos o
279 documento em duas partes. Na primeira, as prioridades para a agenda do CONAMA em si, e, na
280 segunda, as prioridades para uma Agenda Nacional de Meio Ambiente endereçada ao SISNAMA e
281 ao Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais. A gente está apresentando esse material
282 para vocês pelos órgãos do SISNAMA. Para o CIPAM, nós consideramos que é fundamental avaliar
283 a implementação da política ambiental no país, começando pelos temas e as áreas de maior conflito,
284 especialmente nos hotspots de desmatamento do Cerrado e da Amazônia, e que o CIPAM traga
285 para as plenárias os elementos de discussão para debate sobre a implementação da política
286 ambiental. Como sugestão de temas iniciais, o Código Florestal e sua implementação, e a
287 concessão de autorizações de suspensão de vegetação, principalmente no Cerrado. Seriam dois
288 temas que a gente acha que o CIPAM deve se debruçar no próximo ano, já para trazer ao debate
289 da plenária do CONAMA. Para a Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas,
290 Educação Ambiental e Bem-estar Animal, nós consideramos que a orientação geral da Câmara
291 Técnica é priorizar resoluções que facilitem e promovam a redução do desmatamento,
292 especialmente no Cerrado e na Amazônia, além do fortalecimento do SNUC. A gente identificou

293 resoluções que precisam de revisão e eu vou falar aqui só uma vez o que a gente entende por
294 revisão, e não vou repetir para todas as câmaras técnicas. Nós entendemos que isso significa
295 aprimorar e atualizar a norma para aumentar seu rigor à luz das descobertas científicas e avanços
296 tecnológicos, considerando o princípio da proibição de retrocesso, como tão bem nos disse o
297 ministro Herman Benjamin na abertura dos trabalhos do CONAMA, e isso em prol da proteção do
298 meio ambiente e da saúde humana. Isso, vocês podem ver, dialoga bem com as prioridades do
299 FPA. Nós não consideramos revisão as propostas que são feitas para flexibilizar o controle
300 ambiental das atividades econômicas, para reduzir custos, porque isso aumenta os riscos para a
301 saúde humana e a biodiversidade. Então, somente nos casos em que a redução de custo trabalha
302 junto com a diminuição de riscos à saúde e riscos à biodiversidade, é que nós vamos considerar
303 isso uma revisão. A primeira proposta é o conjunto de resolução que trata da caracterização e
304 tipologia e estágios sucessionais do Bioma da Mata Atlântica para todos os estados por ele
305 abrangidos e essa revisão foi aprovada por unanimidade na última plenária do CONAMA, com a
306 proposta de criação de um GT para essa finalidade. Eu não vou entrar nas justificativas que a gente
307 colocou para cada revisão, mas temos acordo com relação a isso. A segunda resolução que a gente
308 propõe rever é a que dispõe sobre parâmetros básicos para vegetação primária e estácio
309 sucessionais na restinga da Mata Atlântica e das outras providências. Isso está amparado na lei da
310 Mata Atlântica, que foi aprovada depois dessa resolução, Dessa resolução está em andamento,
311 Então, precisa revê-la para adequar. A mesma coisa com a questão de campos de altitude
312 associados ou abrangidos pela Mata Atlântica, a mesma justificativa é garantir a operacionalização
313 da lei da Mata Atlântica. Novas resoluções que consideramos fundamentais para essa Câmara
314 Técnica se debruçar: A regulamentação das zonas de amortecimento e corredores ecológicos das
315 unidades de conservação, isso está previsto no SNUC, mas nós não temos uma resolução que
316 regulamenta, uma ou mais resoluções que regulamentam essas zonas de amortecimento. A
317 segunda é uma resolução para a regulamentação do fundo da Mata Atlântica, que foi criada em
318 2006 e ainda não tem uma regulamentação. E a terceira seria uma resolução elaborada em conjunto
319 com a Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial para a definição dos critérios de
320 localização de parques solares e eólicos, de forma a minimizar os seus impactos na
321 sociobiodiversidade. Além disso, nós consideramos que essa Câmara Técnica deve fazer uma
322 resolução pedindo ao governo federal um apoio firme para a tramitação da PEC, que inclui Cerrado,
323 Caatinga e Pampas, como Patrimônio Nacional, e isso precisa passar, a Câmara Técnica prepara

324 e a recomendação vai à plenária. Na Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial, a
325 nossa sugestão de orientação geral é a priorização de instrumentos de macroplanejamento do uso
326 do território, avaliação ambiental estratégica, avaliação ambiental integrada, avaliação de impacto
327 agregado de obras e outras ferramentas de macroplanejamento territorial. Nas revisões, nós
328 sugerimos que seja revista a resolução que dispõe sobre licenciamento de atividade de
329 coprocessamento de resíduos em tornos rotativos e também a que dispõe sobre classificação dos
330 corpos de água. E nesse caso, muito especificamente, a questão dos rios de classe 4, para discutir
331 questões, por exemplo, como o de hormônio. É um contaminante que está emergindo, nós ainda
332 não temos toda a documentação sobre isso e precisamos trabalhar esse assunto novo e incluir isso
333 nessa revisão. Então, não propomos rever completamente a classificação dos corpos d'água, mas
334 incluir esses novos temas que estão surgindo a partir do tipo de poluição que a nossa sociedade
335 está gerando para poder normatizar essa questão. A terceira revisão que sugerimos é a da
336 resolução que define critérios e procedimentos para produção e aplicação de biossólidos em solo e
337 outras providências. É o lodo de esgoto. Então, também aí nós tivemos uma série de avanços na
338 ciência que precisam ajudar a adequar as nossas resoluções. Na Câmara Técnica de Qualidade
339 Ambiental, sugerimos revisar a resolução que estabelece os limites máximos de emissão de
340 poluentes atmosféricos para fontes fixas. Estou aqui correndo um pouquinho para não tomar tempo
341 demais. A segunda é a que dispõe sobre as normas para a qualidade do ar, e para todas elas nós
342 temos justificativas. para a Câmara Técnica de Justiça Climática, nós entendemos que ela é uma
343 Câmara Técnica nova, ainda não existem normativas claras no Brasil sobre a questão de justiça
344 climática e nós fizemos uma sugestão de plano de trabalho para a Câmara Técnica e nós sugerimos
345 que se priorizem as propostas que consideramos que esse plano de trabalho precisa ser apoiado
346 na sua integralidade pelo conjunto dos conselheiros. Peço desculpas aqui pela falta do S. A
347 orientação geral para essa Câmara Técnica, para que ela defina suas prioridades, é como incorporar
348 a perspectiva de emergência climática na gestão de políticas públicas, lembrando que a justiça
349 climática pressupõe olhar tanto para o meio ambiente natural quanto para as sociedades que
350 habitam esse meio ambiente. Então, essa é a nossa orientação geral para a Câmara Técnica a
351 partir do seu próprio plano de trabalho. Na segunda parte, estão as prioridades da sociedade civil
352 para a Agenda Nacional de Meio Ambiente. A gente dividiu ela em grandes temas, sendo que o
353 primeiro é a conservação de ecossistema e biodiversidade, é aquele para o qual temos o maior
354 número de recomendações. O primeiro ponto é a retomada e fortalecimento da criação,

355 implementação e gestão de unidades de conservação, sejam elas públicas ou privadas, e do
356 processo de ampliação do Sistema de Áreas Protegidas como parte da política ambiental e seus
357 instrumentos associados. E aí a gente está falando de unidade de conservação, terra indígena,
358 territórios quilombolas, corredores ecológicos, mosaicos de áreas protegidas, dos sítios Unesco no
359 Brasil, seja Reserva da Biosfera, geoparques, sítios do patrimônio mundial, e também dos sítios
360 Ransom. O segundo ponto é a validação do cadastro ambiental rural e a implementação do plano
361 de regularização ambiental e outros instrumentos do Código Florestal que ainda não foram
362 implementados. O terceiro é a avaliação dos processos de concessão e privatização de unidades
363 de conservação, entendendo que uma parte deles foi feita de qualquer jeito, literalmente, e a gente
364 precisa fazer uma avaliação para verificar se é isso mesmo que queremos ou não. O fortalecimento
365 e implementação dos planos de ação de conservação da biodiversidade, inclusive por meio de
366 ações estaduais e municipais, com um olhar especial para as espécies ameaçadas de extinção, o
367 fortalecimento dos processos de gestão territorial dos ambientes terrestres, costeiros e marinhos
368 como instrumento de proteção dos ecossistemas. Então, gestão territorial pensada como proteção
369 de ecossistemas. E, por último, negociação de uma gestão pesqueira nacional baseada em visão
370 ecossistêmica. O Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Pesca e a sociedade civil e o setor
371 privado discutindo e pensando como é que a gente olha do ponto de vista ecossistêmico essa gestão
372 pesqueira. No combate ao desmatamento, quatro pontos, a elaboração participativa de planos de
373 prevenção e combate ao desmatamento para todos os biomas nacionais. Nós entendemos que a
374 Amazônia já tem o cerrado e está em discussão, mas os outros biomas também precisam. Uma
375 meta de redução consistente do desmatamento legal e ilegal em todos os biomas, com um mínimo
376 de 50% em relação a 2023. Conservação e restauração de ecossistemas em especial para a
377 segurança hídrica, com eventual criação de um GT de integração entre o Conselho Nacional de
378 Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós consideramos que esse é um
379 problema crucial que vai rebater no abastecimento das cidades, que pode gerar uma guerra da água
380 e do uso da água no país se a gente não tiver uma visão de prevenção e de previsão. Então, é um
381 ponto muito importante dentro do combate ao desmatamento e o combate ao garimpo e à mineração
382 ilegal. Na questão da mudança climática, Nós temos aqui também quatro pontos. A elaboração
383 participativa e implementação do plano nacional e planos estaduais de adaptação à mudança
384 climática. A elaboração participativa e implementação do plano nacional e planos estaduais de
385 enfrentamento às emergências climáticas. A promoção da criação e qualificação de núcleos locais

386 de enfrentamento de emergências climáticas, que nós consideramos que isso é um esforço coletivo
387 do SISNAMA, com o Ministério de Integração Nacional, com a Defesa Civil, mas que o SISNAMA
388 precisa se debruçar sobre isso, porque os municípios recebem um peso muito desigual nesse
389 enfrentamento e precisamos trabalhar juntos para evitar que isso seja sempre uma catástrofe que
390 precise de solidariedade nacional. E, por último, fomento ao desenvolvimento de soluções baseadas
391 na natureza para adaptação, restauração e mitigação. Na questão da energia, nós precisamos de
392 uma definição participativa dos parâmetros socioambientais da transição energética, e isso é grave,
393 porque nós estamos falando em transição energética, mas, ao mesmo tempo, nós estamos vendo
394 a Petrobras dizendo que o Brasil vai ser o quinto exportador mundial de petróleo, e, se ele fizer isso,
395 não tem transição, só tem catástrofe. Então, precisamos discutir isso. Na questão de financiamento,
396 a ampliação do acesso a recursos para projetos socioambientais das comunidades, povos e
397 comunidades tradicionais e das ONGs inscritas no CNEA, porque nós estamos vendo um
398 fortalecimento muito grande, por exemplo, no Fundo Amazônia e em outros fundos, do apoio dado
399 a municípios, a estados, mas não há mecanismos que sejam de fácil acesso e de uso rápido por
400 comunidades, povos e comunidades tradicionais e ONGs ambientalistas e socioambientalistas. E o
401 segundo ponto é o fomento à bioeconomia e à economia baseada em produtos e serviços para uma
402 transição para uma economia de baixo carbono. Na agenda urbana, a implementação da lei de
403 resíduos sólidos, infelizmente ainda, e o desenvolvimento de soluções ambientalmente adequadas
404 para a mobilidade urbana. Na questão da poluição e contaminação química, a criação e
405 implementação de um conjunto coerente de políticas de gestão de substâncias químicas em
406 produtos, e isso pensando no conjunto do ciclo de vida desses produtos, o combate à poluição
407 química, levando em conta que as políticas de enfrentamento à mudança climática e as políticas de
408 proteção da biodiversidade não podem precedir da integração com uma política nacional de
409 segurança química, que impactam diretamente nessas duas outras políticas. O enfrentamento à
410 contaminação por resíduos da mineração, especialmente junto a povos e comunidades tradicionais,
411 atuação coordenada para a redução e controle do uso excessivo de agrotóxicos, combatendo riscos
412 diretos e indiretos no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais e consumidores. E quase
413 por último, convenções internacionais, a retomada da Comissão Brasileira para o Programa MAB-
414 UNESCO e dos estudos para reconhecimento das reservas da biosfera nos biomas costeiro-
415 marinho e pampa. Os estudos já estão avançados, precisa... Inclusive, se não me engano, a do
416 costeiro-marinho está pronta, mas a comissão acabou, então, não tem como aprovar. A

417 implementação nacional efetiva do cumprimento das metas e compromisso do Brasil ante os
418 tratados internacionais pertinentes, em particular, a Convenção da Biodiversidade, sítios e a
419 Convenção de Mudanças Climáticas e Acordos Subsidiários. Sediar uma cópia da Convenção de
420 Minamata na Amazônia, de forma a chamar a atenção sobre a contaminação de suas populações
421 por mercúrio. o fortalecimento da implementação da moratória e a mineração dos fundos marinhos,
422 a implementação de ações efetivas para contribuir com o cumprimento das metas e objetivos das
423 décadas do oceano e da restauração de ecossistemas. Na questão da participação social, e eu
424 prometo que este é o último, a realização da Conferência Nacional de Meio Ambiente do Clima, da
425 próxima, a retomada do GI-Gerco, assegurando representatividade da sociedade civil, o
426 estabelecimento de mecanismos entre os membros do CONAMA para a elaboração colaborativa de
427 um boletim virtual do Meio Ambiente do Clima bimensal, informando de forma sintética os temas de
428 destaque no período e os principais acontecimentos da área, a implementação de estratégias de
429 comunicação pública sobre a importância da biodiversidade, sua conservação e uso sustentável, a
430 preparação participativa da COP30 e a promoção da participação da sociedade civil na discussão
431 dos acordos internacionais sobre plástico. Vocês podem ver que é um documento extenso, bastante
432 abrangente, que foi bastante discutido para tentar contribuir com todas as áreas de uma agenda de
433 meio ambiente progressista, democrática, participativa do nosso país. Obrigada.

434 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
435 **Mudança do Clima - MMA)** – Olha, nós é que agradecemos, Muriel e todos os que participaram
436 desse esforço, realmente é um documento muito denso, com muitas recomendações concretas,
437 objetivas, certamente se constitui uma contribuição muito valiosa para o trabalho do CONAMA,
438 Então, agradecemos muito essa contribuição e abrimos aí a palavra aos demais conselheiros para
439 comentários e complementações, aquilo que for de desejo de cada um dos senhores e senhoras.

440 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
441 **Ambiente - CONAMA)** – Eu queria pedir licença, Capô, para registrar a presença do Rodrigo
442 Agostinho e agradecer a participação do presidente do IBAMA, que também é membro titular do
443 CIPAM.

444 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
445 **Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem, eu vejo que tem alguém com a mão levantada. Quem
446 seria ali? João de Deus, por favor, João. Muito bem-vindo, João.

447 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da**
448 **Mata Atlântica)** – Boa tarde. Boa tarde a todos.

449 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
450 **Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem-vindo, hein.

451 **O SR. JOÃO DE DEUS MEDEIROS – SUPLENTE (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da**
452 **Mata Atlântica)** – Eu só queria complementar a apresentação da Muriel e destacar, primeiro, com
453 relação ao fundo da Mata Atlântica. Na verdade, a proposta da Capoeira é trabalhar uma forte
454 recomendação para que o governo federal possa avançar com a regulamentação do fundo,
455 principalmente porque a gente já tem vários municípios que elaboraram o plano municipal de
456 restauração e conservação da Mata Atlântica, e a não implementação do fundo dificulta, deixa de
457 existir esse incentivo para que mais municípios avancem nos planos e esses que já têm os planos
458 consigam acessar recursos para fazer a sua implementação. E com relação à revisão das
459 resoluções que tratam de definição de vegetação primária e secundária na Mata Atlântica, Nós
460 fizemos aquela proposta de revisão das resoluções que tratam de vegetação florestal, porque essas
461 sim foram editadas antes da Lei da Mata Atlântica. Na época, o Capô deve lembrar, a ministra
462 Marina sugeriu e foi aprovado no CONAMA uma resolução que convalidou as anteriores, mas nós
463 temos aí, na maioria dos casos, casos, e aí eu diria até na totalidade dos casos, essas resoluções
464 elas não atendem aqueles nove parâmetros básicos que a lei da Mata Atlântica estabeleceu, Então,
465 há uma necessidade de revisão. A 417 de Restinga, ela foi implementada depois da lei da Mata
466 Atlântica, mas também foi uma resolução geral que foi remetida para os estados fazerem
467 complementações, principalmente em relação ao parâmetro de espécies indicadoras e isso acabou
468 não sendo feito, como também a de campo de altitude. Então, elas tinham remessas aos estados,
469 nós passamos aí um longo período, isso não foi implementado, Então, era importante que a gente
470 também se debruçasse sobre essas, porque isso tem dificultado bastante a da operacionalização
471 da Lei da Mata Atlântica, dificultado principalmente no sentido de não garantir uma maior precisão
472 na caracterização da vegetação que está associado com as autorizações de corte. Então, a
473 necessidade dessa revisão está muito diretamente associada com a necessidade de a gente
474 garantir uma efetividade maior na própria aplicação da Lei da Mata Atlântica, tanto nas resoluções,
475 quanto na questão do fundo. Então, é só fazer esse reforço. Obrigado, Capô.

476 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
477 **Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito. Obrigado, de nome de Deus. Liziane, por favor.

478 **A SR^a. LIZANE SOARES FERREIRA - SUPLENTE (Ministério da Agricultura e Pecuária) –** Boa
479 tarde. Está me ouvindo?

480 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
481 **Mudança do Clima - MMA) –** Perfeitamente. Perfeitamente.

482 **A SR^a. LIZANE SOARES FERREIRA - SUPLENTE (Ministério da Agricultura e Pecuária) –** Às
483 vezes dá problemas, né?

484 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
485 **Mudança do Clima - MMA) –** Dá até para perceber o sotaque. Dá até para perceber o sotaque.

486 **A SR^a. LIZANE SOARES FERREIRA - SUPLENTE (Ministério da Agricultura e Pecuária) –** Está
487 bom. Eu só gostaria também de complementar na questão da Mata Atlântica, que foi discutido na
488 reunião aberta, que eu levei essa possibilidade urgente, inclusive, de nós efetivarmos algum
489 mecanismo, seja ela por resolução, possivelmente, ou de recomendação, no que trata-se de uma a
490 regulamentação do artigo 5º e do artigo 11 da Lei Complementar 140 no que tange a aplicação da
491 Lei da Mata Atlântica, porque nós estamos tendo assim desmatamentos legalizados, entre aspas,
492 através das concessões, dos termos de cooperação e delegação de competência-estado ao
493 município. Então, até mesmo o município está interferindo dentro da Mata Atlântica, fazendo
494 intervenções drásticas, legalizadas pelo município, inclusive sem o plano de Mata Atlântica. Então,
495 há uma total dissonância da aplicação da Mata Atlântica em relação à manutenção da floresta ou
496 dos campos, dos ecossistemas da Mata Atlântica. eu acho assim como prioritário, porque nós temos
497 exemplos já jurídicos, está? Estamos com o Instituto do Minas Serra, que é a ONG, que está na
498 suplência da Caprena, dentro do CONAMA, nós temos, assim, exemplos jurídicos, estamos tendo
499 ganhos de causa, né, inquéritos civis e ações civis públicas, que mostram como os municípios não
500 estão cumprindo a Lei Complementar 140, minimamente não pertence ao seu efetivo administrativo,
501 quanto também na aplicação prevista na legislação ambiental e da Mata Atlântica. Está sendo, sim,
502 bastante dramática a situação, principalmente aqui no Estado e no Rio Grande do Sul, onde todos
503 os municípios praticamente já têm esse termo de cooperação, já na sua terceira renovação, e

504 continuam mantendo os mesmos erros praticados no primeiro e com o aspecto de estar legalizados,
505 tudo está autorizado. E aí eu vejo com muita preocupação essa questão. Talvez uma
506 recomendação, uma resolução, mas é importante que a gente tenha um olhar em cima desses dois
507 artigos, frente à lei da Mata Atlântica. Obrigada.

508 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
509 **Mudança do Clima - MMA) –** Andréa Vulcanis, por favor.

510 **A SRª. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás) –** Boa tarde a
511 todos dois conselheiros e demais participantes aqui, pela ABEMA, pelos estados, né, já que eu
512 represento os estados aqui, eu queria pedir, a gente já encaminhou, inclusive, um pedido para que
513 a reunião do dia 23 seja adiada, uma vez que a ABEMA não conseguiu se organizar, para que a
514 gente estruturasse a pauta da agenda, né, nós temos reunião da ABEMA já no início da próxima
515 semana, e já adiantamos aqui, Então, nosso pedido para que essa agenda da segunda-feira, seja
516 adiada até quarta ou quinta, que é o tempo da gente poder conseguir estruturar a nossa proposta
517 lá na BNP. E, a par disso, eu queria entender como que vai ser a proposta aqui de aprovação, de
518 validação, até porque a contribuição das ONGs apresentadas pela Muriel, acho que foram muito
519 importantes, muito significativas mesmo, certamente nós teremos assentimento com a maioria
520 delas, mas a gente precisa se debruçar, e já peço essa mesma oportunidade lá no âmbito da
521 ABEMA. E, ao mesmo tempo, as propostas do MMA. Então, só para que eu pudesse entender qual
522 é a proposta de validação desses conteúdos e como é que vocês estão imaginando fazer isso.

523 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
524 **Ambiente - CONAMA) –** Andréa, a experiência que a gente teve da Agenda Nacional do Meio
525 Ambiente anterior, ela foi uma experiência muito longa, que foi um processo que levou três anos
526 para debater uma agenda para que esse documento fosse aprovado em plenário. E aí a gente teve
527 um problema em seguida, que foram as etapas posteriores, que era o monitoramento e avaliação
528 das propostas de recomendações. O que a gente decidiu nesse momento é que era importante a
529 gente abrir um espaço de escuta dos diversos setores para que a gente iniciasse esse processo e
530 que a gente imagine a agenda como um processo que se inicia agora, em que o primeiro momento
531 é de reunir essas diferentes visões dos setores, buscar sistematizar onde existem convergências e
532 identificar onde pode haver divergências. Eu acho que a próxima reunião do CIPAM é justamente
533 esse momento. Então, ouvindo essas contribuições, a gente vai receber essas sistematizações. A

534 gente precisa de pelo menos dois dias para organizar por temas e colocar em discussão para o
535 CIPAM, para que a gente possa olhar. Olha, esses aqui são os temas onde tem convergência, esses
536 temas a gente precisa aprofundar, e, portanto, valeria a pena manter em discussão. Então, é essa
537 a proposta de metodologia que a gente está construindo, e aí a questão do adiamento da reunião,
538 acho que é uma coisa a ser avaliada pelo seguinte, a gente tem, por prazo regimental, que
539 apresentar uma proposta para a plenária, e o regimento estabelece o prazo de 15 dias para a gente
540 poder tornar público um documento, que vai pautar a reunião. Então, a gente colocou o dia 23 como
541 o nosso prazo máximo mesmo, até por conta da revisão do regimento o nosso processo de
542 organização foi mais lento esse ano, porque teve uma revisão, a necessidade de nomeação de
543 novos membros para todas as câmaras e para o CIPAM, e a gente trabalhou com o máximo de
544 agilidade possível para garantir que houvesse o cumprimento dessa determinação regimental.

545 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
546 **Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Marçal?

547 **A SR^a. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás) –** Está bem, mas
548 aí, Marcela, eu entendo, concordo contigo. A questão é, a ABEMA trazendo contribuições ou fará
549 no plenário, então?

550 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica) –** Eu tenho uma
551 sugestão a esse respeito. Se vocês me inscreverem para falar, Então, falo depois do Marçal.

552 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
553 **Mudança do Clima - MMA) –** Só um minuto.

554 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
555 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Não, pode falar.

556 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
557 **Mudança do Clima - MMA) –** Um minuto, deixa só esclarecer esse ponto, vocês consideram
558 impossível trazer as contribuições para a próxima reunião, é isso, Andréa?

559 **A SR^a. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás) –** Não, não é que
560 é impossível, Capô, a gente pediu primeiro um adiamento, considerando que isso deve entrar na

561 agenda do plenário e não dá tempo de adiar por conta do prazo regimental, eu posso tentar
562 organizar isso na ABEMA daqui até segunda-feira, sem problema, só preciso entender, se não
563 conseguirmos nos organizar, se levaríamos isso para o plenário, se esse é o encaminhamento. Só
564 para eu entender, para eu poder passar para o grupo dos estados.

565 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
566 **Mudança do Clima - MMA)** – Olha, realmente, o ideal seria pedir a vocês um esforço para trazer
567 isso para a próxima reunião. Evidentemente que também poderá ser levado ao plenário, porém será
568 muito menos produtivo. Se nós recebermos isso e tivermos a oportunidade de organizar bem um
569 documento, nós teremos uma reunião plenária muito melhor, mais objetiva, e com a oportunidade
570 de aproveitar mais as contribuições que vocês certamente terão. Porque vocês que estão na linha
571 de frente nos órgãos ambientais certamente possuem muitas demandas relevantes para o
572 CONAMA. Então, evidentemente que está aberta a possibilidade de levar ao plenário, mas eu faço
573 um apelo para que esse esforço seja feito e a gente possa receber pelo menos uma parte importante
574 das contribuições, nem que no plenário vocês entregam outras, complementem as contribuições.

575 **A SR^a. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Representante do Estado de Goiás)** – Está
576 compreendido, eu vou submeter isso lá na memo, e se a gente pudesse receber ainda hoje o
577 material, então, tanto do MMA quanto das ONGs, acho que nos ajuda também, a gente está aí
578 compondo as propostas em comum acordo.

579 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
580 **Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito, vamos fazer isso, né, encaminhar isso para todos. Marçal,
581 por favor.

582 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
583 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Oi, boa tarde a todos e a todas. Nós vamos apresentar
584 até segunda-feira, no entendimento com o CIPAM, e algumas ações primordiais para as questões
585 dos municípios. Nós gostaríamos, já nessas contribuições, de que, onde houvesse participação do
586 MMA nacional e estadual, sempre incluir nessas três esferas os municípios. Como eu sempre volto
587 a dizer, Tudo ocorre no município, a falta d 'água, o incêndio, o calor, o clima. Quando está se
588 discutindo em resoluções, todas essas ações e só fica só entre o Estado e a nação, os municípios
589 ficam sendo penalizados. Mas a minha fala aqui hoje é especificamente para o bioma caatinga e

590 para o bioma do Cerrado, e ainda a preocupação com os Pampas. Nós temos que ter resoluções e
591 nós vamos tentar apresentar até segunda algumas ações para que seja feito com uma visão melhor,
592 sair daqui do CIPAM para ir para o plenário do CONAMA, ver se a gente aprova uma ação, porque
593 a Amazônia está na UTI, a Mata Tânica está na UTI e a Caatinga e o Cerrado estão indo para a
594 fase terminal. Então, se não tivermos uma ação nossa agora, emergencial e do próprio Ministério,
595 nós vamos ter uma dificuldade muito grande lá na frente. Então, essa é a minha contribuição. Nós
596 iremos representar até segunda-feira. E gostaríamos de receber a contribuição do MMA e a
597 contribuição...

598 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
599 **Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Marçal. Realmente, a culpa é toda dos municípios sempre,
600 você tem razão. Mas evidentemente que os municípios têm um papel central, óbvio nisso, e as suas
601 contribuições da ANAMMA serão muito bem-vindas. Se nós tivermos contribuições consistentes da
602 ABEMA, da ANAMMA, já temos da sociedade civil, do setor privado e de mais representações no
603 CONAMA, nós certamente teremos uma agenda muito robusta e permitirá uma atuação consistente
604 do CONAMA, que eu acho que é o que todos nós aqui queremos. Um CONAMA realmente ativo
605 que opere e trabalhe para contribuir no aprimoramento da legislação ambiental brasileira, da
606 regulamentação da legislação, para que a gente possa ter uma ação consistente. E concordo com
607 você, nesse campo dos nossos biomas, realmente cada dia se torna mais urgente. Muriel, por favor.

608 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – Se a gente desativa
609 o mudo, fica melhor, né? Então, duas questões, né? Na questão da participação social, a gente
610 entende que o grupo de trabalho que está discutindo participação e revisão do regimento interno
611 também está discutindo participação social no CONAMA, por isso a gente não colocou isso explícito
612 no texto, mas, pensando aqui, talvez fosse importante estar colocado essa participação da
613 sociedade civil. O segundo ponto é que eu vejo uma enorme convergência entre os quatro grandes
614 programas do PPA que estão a cargo do Ministério do Meio Ambiente, com as propostas gerais
615 feitas pela sociedade civil, elas todas se encaixam dentro dessas propostas. Então, acho que fora
616 uma ou outra que talvez seja um trabalho mais da transversalidade da questão ambiental e do
617 combate à mudança climática, que as outras todas estão basicamente dentro da esfera do Ministério
618 do Meio Ambiente como iniciador de atividades. E a sugestão que eu gostaria de fazer, até para a
619 gente poder avançar um pouco mais nos documentos, já que os outros setores não terminaram

620 ainda de preparar a sua contribuição, é que a gente coloque a versão que a gente finalize até
621 segunda-feira, junto com as contribuições que chegam até lá, dentro da convocação para a agenda
622 do CONAMA, como uma versão número 1, e que a gente consiga marcar mais uma reunião do
623 CIPAM para mais um check-list, verificando onde não há divergências, levando isso como uma
624 proposta já de consenso e só levando para plenário os pontos onde ainda há divergências ou que
625 a gente queira discutir com mais aprofundamento. Isso seria uma forma de agilizar a plenária, não
626 precisando levar ponto por ponto, um por um, para lá. E isso também tira um pouco da pressão em
627 cima de estados e municípios que ainda não conseguiram fazer sua contribuição, e do setor privado
628 também. Essa seria uma sugestão prática, a gente faz um check-list.

629 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
630 **Mudança do Clima - MMA)** – Olha, eu considero essa sugestão da Muriel extremamente oportuna.
631 Já vamos adotar isso, né, Marcela? Ou seja, vamos produzir uma versão 1.0, que vai cumprir o
632 prazo regimental da convocação do CONAMA e vamos informar que o documento segue em
633 aprimoramento. Portanto, daria mais prazo, realmente, para que contribuições fossem feitas ao
634 longo do tempo. E, também, já vamos assumir aqui essa sugestão de mais uma reunião do CIPAM,
635 mais para frente, para verificar essa, digamos, segunda versão eventual desse documento. Então,
636 sugestões muito importantes, eu agradeço. Também vou pedir ao Henrique Dollabella, que trabalha
637 junto da equipe do CONAMA, para colocar essas propostas dentro das prioridades do governo
638 federal, do governo Presidente Lula, e das prioridades do Ministério do Ambiente para verificar como
639 elas endereçam, como disse a Muriel, fica evidente que elas têm muita aderência ao PPA, ao
640 Laboratório do Ministério, e também têm muita aderência às prioridades de governo. Então, seria
641 interessante fazer uma matriz mostrando como essas propostas trazidas até o momento pela
642 sociedade civil e certamente receberemos da ABEMA e ANAMMA e do setor privado na sequência,
643 como essas contribuições e essas propostas de agenda contribuem para implementar as
644 prioridades do governo e do Ministério do Ambiente. Excelente, muito bom, muito obrigado, Muriel.
645 Quem é o próximo inscrito? Nós temos, só para informar a todos, nós temos 35 participantes online
646 e mais fora os que estão aqui presentes na reunião, então, nós estamos muito satisfeitos aqui, todos
647 nós no Ministério do Ambiente, pela participação significativa de conselheiros titulares e outros
648 conselheiros do CONAMA, titulares do CIPAM, e outros conselheiros do CONAMA que se
649 dispuseram a contribuir com esse processo. Mais um agradecimento que nós gostaríamos de deixar
650 aqui a todos e todas. Rodrigo, por favor.

651 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E**
652 **PECUÁRIA DO BRASIL – CNA)** – Sr. Presidente, muito obrigado. Eu entendi aqui as questões
653 postas relativas de por que designar a reunião no dia 23, tendo em vista para poder cumprir os 15
654 dias do prazo regimental relacionado à questão da reunião plenária, mas eu queria levantar aqui
655 uma questão de ordem, porque o Nosso próprio regimento, além de prever a questão de 15 dias de
656 antecedência para reunião plenária, no que se refere ao próprio CIPAM, no artigo 27, parágrafo 4º,
657 diz que o documento das reuniões, aqueles que vão ser deliberados do CIPAM, serão
658 disponibilizados com, no mínimo, 15 dias de antecedência da reunião. Então, na verdade, para
659 cumprir o prazo da reunião da plenária, nós estamos cumprindo os prazos do CIPAM. Então, eu
660 levanto essa questão de ordem, de que não é possível fazer dessa forma. E se fosse no caso de
661 uma emergência, vamos dizer assim, teria que ser com cinco dias úteis, no caso de uma reunião
662 extraordinária. Então, na verdade, eu vejo que não é razoável, ainda mais que esse regimento tem
663 um mês de publicação e nós já vamos estar passando por cima dele. Então, eu acho que nós temos
664 que cumprir os prazos regimentais e isso que seja também para o CONAMA, um alerta no sentido
665 de que isso já aconteceu em uma outra oportunidade anterior da penúltima reunião nossa do
666 CIPAM, para que ninguém aqui quer causar transtornos nem mudar a data da reunião plenária do
667 CONAMA. Mas, de outro lado, os prazos regimentais de funcionamento do SIPAM estão
668 estabelecidos lá, no artigo 27 Então, eu vejo que essa consolidação de sugestões, que será
669 submetida à deliberação, ela deveria estar disponível, na minha opinião, salvo um melhor juiz ou
670 uma interpretação jurídica diferente, que ela deveria acontecer com 15 dias de antecedência da
671 reunião, conforme o parágrafo 4 do artigo 27. É só esse o meu apontamento. Muito obrigado.

672 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
673 **Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Rodrigo. Deixa eu ter algumas questões em relação a isso.
674 Marcela pediu a palavra e, na sequência, eu vou comentar também.

675 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
676 **Ambiente - CONAMA)** – Rodrigo, eu agradeço e entendo a sua colocação. No entanto, o que a
677 gente está fazendo é um processo de consulta e de construção colaborativa e é importante que os
678 setores tragam suas contribuições justamente para que a gente crie uma possibilidade de troca de
679 perspectivas entre os setores. E para isso, a gente, há 15 dias atrás, pediu que todos os setores
680 encaminhassem as suas contribuições. E o cronograma que a gente estabeleceu foi pactuado com

681 o CIPAM. Então, esse cronograma de consulta e de deliberações, ele foi pactuado com o CIPAM, e
682 aí o que eu entendo é que o CIPAM, ele vai apresentar uma sistematização para deliberação pelo
683 plenário, esse é o papel do CIPAM, o CIPAM não vai deliberar, ele vai encaminhar um documento
684 sistematizado para o plenário, Então, a próxima reunião do CIPAM, é uma reunião justamente para
685 trazer as perspectivas de ajustes necessários para que essa sistematização tenha a possibilidade
686 de ter a contribuição de todas, todos e todas. Então, é isso que eu gostaria de esclarecer, sem
687 prejuízo de que a gente aperfeiçoe sempre processos, mas eu acredito que essa contribuição do
688 CIPAM com relação ao debate da agenda é fundamental para que a gente também avance numa
689 perspectiva comum para nos próximos dois anos.

690 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
691 **Mudança do Clima - MMA) –** Esse é um ponto, eu deixo só isso também, Rodrigo, na realidade, o
692 CIPAM, no meu entendimento, que pode estar errado, ele não vai deliberar sobre o documento, ele
693 não vai dizer o que entra, o que não entra, o que vai, o que não vai para o CONAMA, o que ele vai
694 fazer é organizar o processo para a deliberação do CONAMA, diferente de uma resolução que e o
695 CIPAM dá sequência para, sugerindo encaminhar, ele delibera no encaminhamento ou não de uma
696 resolução. Então, tem diferenças de processo. Nesse caso, na realidade, o CIPAM está organizando
697 o processo que vai ser analisado pelo CONAMA. Realmente, isso foi pactuado previamente. Talvez
698 essa questão de ordem que você trouxe, se tivéssemos atentado para isso e levantado ela no
699 momento em que pactuamos a agenda, possivelmente nós teríamos buscado alguma alternativa,
700 mas uma vez que o CIPAM aprovou a agenda proposta e nós estamos implementando a agenda
701 exatamente como o CIPAM aprovou, eu acredito que nós não estamos infringindo o regimento, salvo
702 melhor juízo como todo bom advogado e coloca no final do seu parecer. O que você acha, Rodrigo?

703 **O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – TITULAR (CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E**
704 **PECUÁRIA DO BRASIL – CNA) –** Na verdade, Sr. Presidente, salvo melhor juízo, na minha
705 posição, como você bem colocou, é que o regimento não fala de processo deliberativo, ele diz dos
706 documentos da reunião. Mas, tendo em vista que isso vai ser levado para o plenário, nessa próxima
707 reunião, a discussão que, então, ela aconteça lá e também nessa própria reunião do dia 23, mas o
708 que eu penso é que esses documentos, essas sugestões que aqui hoje foram apresentadas, elas
709 precisam chegar antes da reunião a nós, porque um prazo aberto há 15 dias para que cada um
710 traga as suas sugestões e se considere que todo mundo está ciente de tudo. Então, acho que nesse

711 aspecto precisa ser formalizado um livro para nós, porque acho que aquilo que foi apresentado hoje
712 já nos seja encaminhado e a sistematização dessa consolidação daquilo que é convergente, de que
713 não é convergente, que também para a reunião do dia 23 a gente tem o conhecimento prévio disso,
714 para que a gente possa, inclusive, agilizar o próprio timing da reunião, ela ser o menos longa
715 possível, até porque é uma agenda bem extensa, certo?

716 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
717 **Mudança do Clima - MMA)** – Ok, Rodrigo, vamos trabalhar, então, nessa direção. Toda a diretoria
718 aqui do CONAMA vai estar empenhada para garantir esse aspecto aí. Obrigado mais uma vez.
719 Adalberto, o conselheiro Adalberto pediu a palavra.

720 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**
721 – Olá, boa tarde a todos. só queria fazer uns comentários para Muriel em relação à agenda proposta.
722 Amanhã nós teremos a reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental. Como eu acho que foi
723 aventado antes, nós decidimos também fazer um processo participativo dentro da Câmara Técnica
724 para decidir quais seriam as dez resoluções prioritárias para a gente lidar no curto e médio prazo.
725 Fizemos uma tabela com todas as indicações que existiam dentro do Ministério do Meio Ambiente
726 e que vieram da Sociedade Civil e de outros atores. Colocamos cinco critérios para dar nota em
727 relação a isso, impacto no meio ambiente, impacto na saúde pública, antiguidade e tal, entre outros.
728 Fizemos um ranking das notas finais que foi enviado para os conselheiros e amanhã eu vou
729 apresentar e debater com todos na Câmara Técnica esses resultados. E só para deixar claro que
730 as três que foram citadas aqui, a 491 foi a que teve a maior votação, obviamente em função da
731 decisão do Supremo que já nos impõe um prazo. A número 2, a 499, que foi de coprocessamento.
732 Aqui, Muriel, você citou ela como sendo de controle de gestão territorial, uma vez que fala do
733 licenciamento ambiental do coprocessamento, mas nós também entendemos lá que por ser
734 coprocessamento e ter um impacto ambiental, ela pode continuar sendo debatida lá, Então, ela seria
735 a uma. E a terceira, você comentou sobre a 501, da fontes de emissões fixas, em especial para as
736 plataformas de petróleo, ela realmente não estava como uma prioritária, mas amanhã mesmo eu
737 vou trazer não só a sua sugestão, mas os fatos mais atuais de que, em função de uma ação direta
738 de inconstitucionalidade protocolada pela PGR, que está em vias de decisão pela ministra Carmen
739 Lúcia, provavelmente a Câmara terá que entrar em medida de urgência para debater a mesma, por
740 isso as três sugestões de resolução estarão na pauta da Câmara técnica para serem discutidas.

741 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
742 **Ambiente - CONAMA)** – Obrigada, Adalberto. A Patrícia Boson.

743 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
744 **Mudança do Clima - MMA)** – Pois não, Patrícia? Você está no mudo. Está no mudo, Patrícia. Não
745 sei se está falando ou não, mas se estiver, você está no mudo. Bom, temos mais alguém inscrito?
746 A Patrícia Boson aparentemente não se encontram na reunião, é isso? Ela talvez tenha saído por
747 alguns minutos. Bom, temos mais alguém? Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? Pois não,
748 se apresenta para a turma que não está te vendo, por favor.

749 **O SR. CARLOS EDUARDO MARINELLI (Chefe do Gabinete da Secretaria Nacional de**
750 **Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais)** – Boa tarde a todos e todas. Carlos Eduardo
751 Marinelli, chefe do gabinete da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais.
752 Nessa reunião, é em substituição à secretária Rita Mesquita, que é membro do Conselho do
753 CONAMA. Eu só gostaria de trazer algumas informações com relação ao que está sendo discutido,
754 debatido no âmbito da secretaria, Capô, e que vem de encontro, há muitos de encontro
755 positivamente, converge, ao encontro converge, com elementos que foram trazidos, principalmente
756 no documento organizado pelas Organizações da Sociedade Civil, e que a gente deve estar também
757 entregando como sinalização para a contribuição nesse processo. Nessa linha, rapidamente, eu
758 gostaria de destacar que na estratégia de atuação da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, a
759 gente tem a questão da revitalização dos espaços públicos de governança e participação social para
760 uma gestão mais estratégica e o fortalecimento da articulação junto às diferentes esferas de governo
761 e da sociedade, o que a gente tem lido muito como um fortalecimento, um dos mecanismos de
762 fortalecimento do próprio SISNAMA. Então, nessa linha, para falar de alguns exemplos de ações,
763 de iniciativas por parte da SBIU, que vão ser muito importantes, que aconteçam juntos, em...

764 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
765 **Ambiente - CONAMA)** – Estamos sem seu áudio. Ele caiu a bateria. Pega o outro.

766 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
767 **Mudança do Clima - MMA)** – Precisa trocar o microfone. Só um minutinho, por favor. Até onde
768 vocês ouviram? Isso aqui foi uma forma que o Caê usou para saber se vocês estão prestando
769 atenção.

770 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
771 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Vai apresentar a proposta dele. A diretoria, a Rita.

772 **O SR. CARLOS EDUARDO MARINELLI (Chefe do Gabinete da Secretaria Nacional de**
773 **Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais) –** Me ouvem? Ótimo. Então, vamos lá.
774 Rapidamente, em dois minutos no máximo. Então, na estratégia de atuação da Secretaria para os
775 próximos anos aí pela frente, os próximos três anos e meio, tem considerado entre os vários
776 elementos que foram destacados e trazidos, por exemplo, a questão da revitalização dos espaços
777 públicos de governança e de participação na gestão em caráter mais estratégico, e o fortalecimento
778 da articulação junto às diferentes esferas de governo e a sociedade, o que inclui uma série de ações
779 e iniciativas das quais a secretaria entende que é fundamental que elas aconteçam em regime de
780 parceria, fortalecimento e colaboração do governo federal com os estados e os municípios e,
781 portanto, no âmbito de fortalecimento do SISNAMA. Nessa linha, eu destaco aqui rapidamente
782 alguns exemplos. A própria questão do fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de
783 Conservação, incluindo isso junto aos estados e municípios, e a própria regulamentação de uma
784 série de pontos do SNUC, entre eles um que foi citado pela Muriel, no documento organizado pelas
785 Organizações da Sociedade Civil, que é a questão da zona de amortecimento. Mas a gente também
786 tem a questão da retomada da EPAMB, da Estratégia e Plano de Ação Nacional da Biodiversidade,
787 com esforços e participação dos diferentes estados, a retomada do Fórum dos Gestores do SNUC,
788 junto a todos os estados e o Distrito Federal, e o fortalecimento dos trabalhos junto às reservas da
789 biosfera e os mosaicos de áreas protegidas. Só para trazer alguns exemplos e uma fala num caráter
790 mais informativo, e que a gente vai estar materializando isso no documento a ser entregue conforme
791 o cronograma. Obrigado.

792 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
793 **Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado, Caê. Temos mais alguém inscrito ali? Parece que temos
794 uma mão levantada, é a impressão minha. A Patrícia Boson, você... A Patrícia Boson voltou à
795 reunião?

796 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional do**
797 **Transporte) –** Sim.

798 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
799 **Mudança do Clima - MMA)** – Ah, pois não, Patrícia. Então, fique à vontade.

800 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional do**
801 **Transporte)** – Boa tarde a todos. Boa tarde, secretário, Marcela. colegas, eu peço desculpa pela
802 ausência rápida, mas foi uma saída física necessária. Eu tive dúvidas, Marcela e secretários, sobre
803 o conteúdo da agenda, e vendo inclusive a apresentação da Muriel, um trabalho intenso, parabéns
804 aí pela organização, é porque eu tenho eu tive uma dúvida sobre se é uma agenda de ação do
805 CONAMA, Então, dentro das competências do CONAMA, ou se é uma agenda ambiental ampla de
806 ação do ministério. Então, eu, talvez essa separação é importante para a construção dessa agenda,
807 Então, eu tive dúvida em relação a isso, se é uma agenda única e exclusivamente de competência
808 do CONAMA, ações que o CONAMA deve fazer, ou se há uma agenda de ministério, uma agenda
809 institucional de meio ambiente. É isso. Obrigada.

810 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
811 **Mudança do Clima - MMA)** – Excelente pergunta. A gente agradece a oportunidade de esclarecer
812 esse ponto. Na realidade, é uma agenda do sistema nacional do meio ambiente, onde nós temos
813 parte das responsabilidades que caberão ao CONAMA, parte das responsabilidades que caberão
814 ao Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Instituto Federal Estadual Brasileiro
815 e outras, Jardim Botânico e outras vinculadas, e parte caberá aos estados e parte aos municípios
816 e, evidentemente, com a participação direta da sociedade civil nas diferentes instâncias de governo.
817 Então, é uma agenda do Sistema Nacional do Ambiente, é como o CONAMA, os membros do
818 CONAMA, vêm e propõem uma ação proativa e positiva de todo o sistema na implementação da
819 agenda socioambiental no país no biênio 2024/2025. Marcela, quer complementar alguma coisa?

820 **A SR^a. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional do Meio**
821 **Ambiente - CONAMA)** – Não, é exatamente isso. Eu acho que é uma oportunidade de a gente
822 pensar nas nossas prioridades comuns. Justamente, é um espaço privilegiado da gente discutir
823 quais nossos objetivos comuns para os próximos dois anos. Então, ela é muito maior do que uma
824 agenda para o Ministério do Meio Ambiente. E eu achei muito interessante, por parte da sociedade
825 civil, trazer uma agenda para o CONAMA, que é o órgão consultivo e deliberativo do sistema, porque
826 é nesse âmbito que trabalhamos juntos. Então, se existem proposições para o CONAMA que podem

827 contribuir para o avanço do sistema, é muito legal que, nesse momento, a gente utilize para
828 identificar esses temas.

829 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
830 **Mudança do Clima - MMA) –** Patrícia?

831 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – TITULAR (Confederação Nacional do**
832 **Transporte) –** Ok, entendido. Obrigada.

833 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente e**
834 **Mudança do Clima - MMA) –** Maravilha, não temos mais ninguém inscrito. Gostaria, Então, de
835 encerrar a reunião, agradecendo mais uma vez a intensa e densa a nossa participação. Acredito
836 que o CIPAM vai trazer uma contribuição muito importante para o CONAMA e estamos bastante
837 agradecidos pela contribuição de todos. Seguimos aí seguindo a agenda para nossa próxima
838 reunião no dia 23 e seguindo inclusive as recomendações já adotadas pela Conselheira Muriel.
839 Muito obrigado a todos e até o dia 23.

840 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO –** Até logo. Muito obrigado.

841 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica) –** Tchau, tchau, gente.

842 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional de**
843 **Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA) –** Boa tarde. Um abraço. Até mais.